

IDENTIDADE CULTURAL E A CONSTRUÇÃO DO “OUTRO” EM MATO GROSSO DO SUL – O CONFLITO ENTRE INDÍGENAS E FAZENDEIROS

CULTURAL IDENTITY AND THE CONSTRUCTION OF THE “OTHER” IN MATO GROSSO DO SUL – THE CONFLICT BETWEEN INDIGENOUS AND FARMERS

IDENTIDAD CULTURAL Y LA CONSTRUCCIÓN DEL “OTRO” EN MATO GROSSO DO SUL – EL CONFLICTO ENTRE INDÍGENAS Y ESTANCIEROS

Cláudio Benito Oliveira Ferraz - Universidade Estadual Paulista - Presidente Prudente - São Paulo - Brasil
cbenito2@yahoo.com.br

Flaviana Gasparotti Nunes - Universidade Federal da Grande Dourados - Dourados - Mato Grosso do Sul - Brasil
flaviana.nunes@ig.com.br

José Lázaro Alonso Junior - Rede Particular de Ensino Básico - Dourados - Mato Grosso do Sul - Brasil
bilateralonso@yahoo.com.br

Resumo

Neste artigo apresentamos ideias abordadas no interior do Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas e que reverberam em pesquisas orientadas e por nós desenvolvidas junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados, em Mato Grosso do Sul. O texto aqui apresentado parte do contexto que envolve o conflito estabelecido entre indígenas e proprietários rurais quanto ao uso e necessidade da terra no referido estado para focar a questão da identidade territorial tendo como referencial de abordagem o conceito do “outro”. Tal conflito desdobra-se em dois grupos antagônicos: o primeiro, com forte apoio da mídia e vinculado aos interesses econômicos do mercado capitalista; o segundo, defensor da demarcação de terras para manter as condições de vida e a cultura indígena. Estabeleceu-se, portanto, um conflito entre culturas que buscam formas antagônicas de identidade e de sobrevivência no mesmo lugar. Entendemos que, para melhor nos posicionarmos nessa questão, devemos deslocar a atenção da relação da identidade a partir do determinante cultural para o sentido propriamente da territorialidade em que esta acontece.

Palavras-chave: território, identidade, cultura, outro, geografia.

Abstract

In this article we present some ideas approached within the Research Group “Geographical Languages” that reverberate in guided researches which we develop together with the Post-Graduate Program in Geography from UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados, in Mato Grosso do Sul. This text starts from context the conflict between indigenous communities and landowners regarding the use and need for the land in that state to focus the issue of territorial identity by having as its referential of approach the concept of the “Other”. Such conflict unfolds itself in two antagonistic groups: the first, with strong media support and linked to the economic interests of capitalist market; the second, which advocates the land demarcation to keep the living conditions of indigenous culture. Therefore, there was a conflict between those cultures that seek antagonistic ways of identity and of survival in the same place. We understand that in order to have a better choice of position in this issue, we must shift the attention from the relation of identity of the cultural determinant to the actual sense of territoriality in which this happens.

Key words: territory, identity, culture, other, geography.

Resumen

En este artículo presentamos algunas ideas que se han abordado en el Grupo de Investigación Lenguajes Geográficos y que reverberan en investigaciones orientadas y por nosotros desarrolladas en el programa de Posgrado en Geografía de la Universidade Federal da Grande Dourados, en Mato Grosso do Sul. El texto que se presenta parte do contexto que envuelve lo conflicto establecido entre indígenas y propietarios rurales en cuanto al uso y necesidad de la tierra en el referido estado para enfocar la cuestión de la identidad territorial y tiene como referencial de abordaje el concepto del “otro”. Este conflicto se desdobra en dos grupos antagónicos: el primero, con fuerte apoyo de los medios de comunicación y vinculado a los intereses económicos del mercado capitalista; el segundo defiende la demarcación de tierras para mantener las condiciones de vida de la cultura indígena. Se estableció, por lo tanto, un conflicto entre culturas que buscan formas antagónicas de identidad y de supervivencia en el mismo lugar. Entendemos que, para posicionarnos mejor en esta cuestión, debemos desviar la atención de la relación de identidad a partir del determinante cultural al sentido propiamente de la territorialidad en la que ocurre.

Palabras clave: territorio, identidad, cultura, otro, geografía.

Introdução

Este artigo reúne reflexões decorrentes de pesquisas e debates desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas (GPLG) e que reverberam em orientações e diálogos estabelecidos no interior do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados, em Mato Grosso do Sul. Os estudos e trabalhos desenvolvidos nessas instâncias visam, entre outras possibilidades, elaborar referenciais de leitura geográfica sobre o conflito de terras que levou, de um lado, proprietários de terra e grupos da mídia e da política local a questionarem a demarcação de terras indígenas; por outro lado, os vários grupos indígenas e entidades sociais e pesquisadores a reivindicarem a demarcação de terras indígenas como forma de garantir a sobrevivência das culturas nativas, assim como o modo de vida dos indígenas na região.

O estado de Mato Grosso do Sul, devido ao processo histórico de formação, concentrou parte significativa da população indígena expulsa de outras áreas ocupadas pelo projeto societário que visou consolidar o domínio territorial do Estado e a formação da identidade nacional brasileira. Atualmente, devido à expansão das áreas de cultura de soja, de cana-de-açúcar e da produção de açúcar e álcool, instalou-se uma tensão entre os interesses econômicos dos grandes proprietários de terras e a tentativa de demarcação dos territórios indígenas, especialmente os ocupados pelos guaranis. Em 2008, como decorrência das disputas eleitorais, acirraram-se os debates, passeatas, estudos e manifestações na defesa de um ou outro lado da disputa. As ideias aqui desenvolvidas tomam como

referência esse quadro. O objetivo é levantar elementos conceituais que auxiliem a Geografia a melhor se posicionar frente a tal conflito, assim como a pontuar aspectos a partir dos quais o discurso científico geográfico pode contribuir para melhor entender a questão.

Diante disso, para se discutir identidade territorial, a partir das condições em que a produção dessa espacialidade está se dando na singularidade das tensões em Mato Grosso do Sul, cobra-se um olhar sobre os aspectos delineadores do conflito. Tal olhar estipula um melhor esclarecimento das diferentes perspectivas, dos interesses e necessidades em jogo, com as quais os grupos justificam o entendimento e a solução do problema.

Um conflito cultural – a questão da identidade

O estado de Mato Grosso do Sul possui área de 358.124,962 km² e população de 2.360.498 habitantes, sendo mais de 85% urbana. A população indígena no estado é de aproximadamente 31.069 indígenas e ocupa uma área total de 613.610 hectares, dividida em 38 grupos, espalhados em 27 municípios diferentes.

Nas áreas de conflito presentes no interior desse estado, podemos perceber claramente as tensões entre culturas; de um lado, aquelas não integradas ao padrão cultural da chamada identidade nacional, ou regional; e de outro, os que assim se identificam a partir dos projetos de modernização econômica e perpetuação do poder local.

A leitura geográfica dos elementos culturais admite que a cultura esteja imbuída de significados e de valores capazes de gerar novos olhares sobre o conceito de identidade. A relação de pertencimento entre os diversos indivíduos e grupos humanos com os lugares se manifesta por intermédio das construções compartilhadas socialmente e expressas espacialmente; a cultura tende a ser lida e interpretada como a manifestação da diversidade de elementos e fenômenos, muitos dos quais conflituosos, que representam *o(s) modo(s) de vida* de uma sociedade, o que neste caso inclui não somente a produção de objetos materiais, mas um sistema cultural de valores éticos e morais, com todo um arranjo simbólico e reverberações no imaginário humano (FERRAZ, 2007).¹

Essa forma de entendimento vai ao encontro das atuais condições em que a dinâmica das relações sociais, na produção da lógica territorial,

ressalva o sentido de identidade frente à crise advinda das mudanças ocorridas nos processos de produção e acumulação econômica (HALL, 2000; 2006). Complementar a essas mudanças, tem-se o gerenciamento territorial por parte do Estado-Nação, assim como a ampliação de novas tecnologias de informação e comunicação, reconfigurando os processos de territorialização/desterritorialização/reterritorialização (HAESBAERT, 1999; 2004), os quais redefinem os elementos culturais de identificação dos seres humanos com os lugares. Perante essa nova dinâmica societária, a questão da identidade cultural toma outros ares.

Mesmo cientes de que a diversidade cultural não justifica todo o complexo de elementos que se expressam nas diferentes posturas, diferenças essas que se especializam nas áreas em conflito, ela, a identidade cultural, muito nos prepara para uma mais rica compreensão dos elementos simbólicos e políticos, assim como técnicos e econômicos, manifestos nas atitudes e discursos dos grupos sociais em cada lugar em que os mesmos se relacionam.

Para não adentrarmos em um debate quase infindo sobre o que vem a ser identidade, cerceamos nosso entendimento a partir da dificuldade de delimitação. Dessa fragilidade conceitual é que percebemos a força desse termo/ideia fundamental para melhor compreender o sentido, ou sentidos, que toma(m) a vida de cada indivíduo no contexto socioespacial do mundo atualmente. De forma geral, podemos concordar com Guerra quando afirma ser esse conceito hodiernamente empregado para “integrar a diversidade das articulações e dimensões que a análise dos modos de vida está a exigir”, ou seja, identidade

é um conceito que pretende integrar a percepção e a ação sobre o mundo articulando, não apenas um sistema de representações e imaginários sociais, mas também uma rede de pertenças a categorias sociais específicas. (GUERRA, 1993, p. 63)

Identidade, portanto, estabelece relação com o “modo de vida” elaborado pelas relações humanas em cada lugar em que as mesmas se territorializam, permitindo, assim, construir ao longo do tempo histórico e pelas rotinas cotidianas, o sentido de pertencimento de cada indivíduo a seu grupo e seu meio. Para tal, os processos de *representações*² dos valores, ideias, ações e relações precisam ser incorporados e reproduzidos por cada indivíduo no contexto dos ambientes que frequenta, reforçando

e sendo reforçados pelo *imaginário social* constituído/constituidor dessa identificação.³

A partir desse substrato conceitual, qual seja, em decorrência dessa forma de entendimento do imaginário social, da produção de representações sociais e da interação desses no estabelecimento de determinados modos de vida, temos a base para discutir a questão da identidade enquanto referencial cultural que, no mundo de hoje, parametriza as diferentes visões de mundo, assim como os conflitos econômicos e socioculturais que se manifestam e se territorializam em diferentes lugares. Uma das formas mais usuais de entender a questão da identidade cultural é assim definida:

A identidade cultural é vista como uma forma de identidade coletiva característica de um grupo social que partilha as mesmas atitudes e está apoiada num passado com um ideal coletivo projetado. Ela se fixa como uma construção social estabelecida e faz os indivíduos se sentirem mais próximos e semelhantes. (MARINHO, s/d, p. 83)

No entanto, perante a dinâmica e complexidade do mundo contemporâneo, fruto da fragmentação e flexibilização das condições econômicas de produção e acumulação, os processos de relações sociais se tornaram mais voláteis, com novos referenciais de comportamento a reelaborarem os sentidos comunitários. Diante disso, o significado de identidade cultural toma sentidos os mais diversos. Ainda segundo Marinho (s.d., p.85)

[...] identidade não é una e estável, está sujeita a uma multiplicidade de manifestações, por vezes díspares e inusitadas, assim, não existiria uma essência individual à qual a pessoa permanece fiel ou comprometida, a identidade seria continuamente emergente, reformada e redirecionada na medida em que os indivíduos se movem na constante mudança de fórmulas e categorias.

Percebemos que as duas definições apontam para situações antagônicas. A primeira enfoca os elementos de estabilidade e harmonia que o indivíduo encontra no contexto ambiental do grupo com o qual se relaciona. Ali, ele identifica segurança, apoio coletivo, possibilidade de sobrevivência, reconhecimento social. Não se sente estranho ao meio, pelo contrário, fortalece seu sentido de estar entre os comuns.

Já a segunda definição relaciona-se aos aspectos instáveis e conflitantes que fazem com que os indivíduos tateiem a possibilidade de

identidade a cada situação e ambiente em que se encontram. Inviabiliza-se a busca por uma identidade de essencialidade uniforme, mas ocorre uma pluralidade de manifestações identitárias que fragmentam os grupos e multiplicam os referenciais individuais a cada lugar em que territorializam suas ações existenciais.

Almejamos destacar, dessas duas definições, para o caso aqui estudado, como ambas apontam para aspectos específicos do sentido de identidade de cada uma das partes em conflito em Mato Grosso do Sul. Os indígenas podem ser facilmente classificados como um grupo social mais coeso em suas tradições, ou seja, uma comunidade que “partilha as mesmas atitudes e está apoiada num passado com um ideal coletivo projetado” (MARINHO, s/d, p. 83); contudo, por estarem eles dialeticamente envolvidos na tensão com os projetos de modernização econômica perpetrados pelos interesses dos proprietários de terra, sofrem conflituosamente dessa “multiplicidade de manifestações”, desequilibrando seus referenciais identitários tradicionais e sofrendo da “constante mudança de fórmulas e categorias” (MARINHO, s/d, p. 85).

Com características distintas, essa dubiedade identitária também ocorre em relação ao grupo de fazendeiros envolvido na disputa. Apesar de suas características comuns quanto a gostos musicais e de lazer, formas de se vestir, meios de se locomover, hábitos alimentares, estrutura familiar, tipos de moradia, poder econômico, influências políticas etc., inserem-se em um coletivo social muito mais complexo e diversificado que se caracteriza pela competitividade extrema entre os seus membros em prol de mais riqueza e poder. Essa postura, central às relações individuais e coletivas destes sujeitos, faz com que nada de muito estável, enquanto aspectos afetivos e subjetivos do imaginário individual, consolide-se.

Devido às rápidas mudanças na lógica do mercado, tanto em escala local quanto mundial, ocorre uma luta pela sobrevivência individual que impõe constantes novos acordos societários e atitudes diversas em conformidade com os locais e as pessoas neles presentes. Tal instabilidade social, assim como a pressão econômica e política advindas de outras instâncias e instituições, muitas das quais localizadas em lugares além dos limites fronteiriços do estado e do país, fazem com que a identidade cultural daí decorrente seja fragmentada, polissêmica e volátil.

As diferenças entre as duas formas de entendimento de identidade cultural podem produzir imagens simplificadas da questão, as quais de-

lineiam os modelos representacionais com que cada parte lê a outra. Ou seja, de um lado, temos a identidade dos grupos indígenas, secularmente injustiçados e roubados. De outro, os fazendeiros, inovadores e empreendedores. Ou então, de um lado, temos os índios como preguiçosos e incapazes de se adequarem ao padrão eficiente da produção tecnocientífica atual. De outro, os fazendeiros, secularmente apoiados pela estrutura estatal, perpetrando a lógica exploratória e destruidora das riquezas naturais e da população injustiçada socialmente.

Essas formas de cada um representar o outro significam a eleição de uma dada imagem de si para si mesmos. Dessas diferenças de perspectivas representacionais, temos a produção de um imaginário que espelha essa conflituosa identidade cultural. A dubiedade, portanto, passa a ser a tônica desses modelos identitários sob a base do referencial cultural. Ao mesmo tempo que apresentam determinadas imagens generalizantes, enraizadas nas condições concretas de vida, também instauram a ausência de significados mais ricos e diversos com que cada modo de vida produz sua dinâmica de relações socioespaciais. Desta feita, o reconhecimento do outro fica restrito a um sentido vago e impreciso, o qual reverbera na dificuldade de entender a si mesmo nessa relação.

A solução para superar essa vacuidade representativa, para os que tendem a tomar posturas dicotomizadas como modelos de entendimento da complexidade social, é radicalizar essa forma de abordagem dual mecanicista: do eu em relação ao outro, do sujeito em relação ao objeto, de um modo de vida correto em relação a um modo de vida prejudicial, da verdade em relação à mentira. Assim, o aspecto de quem tem razão nessa disputa passa a ser a tônica, cabendo, por conseguinte, a determinado grupo ganhar a disputa, ou seja, conseguir, no interior da lógica espacial das relações societárias hegemonicamente praticadas, articular as imagens mais representativas de sua forma de ler a situação. Diante de tal imperativo, a tendência à vitória fica do lado dos proprietários rurais.

Conflitos territoriais – a questão do “outro”

Essa forma de ler o conflito tende a limitar a questão a uma relação entre culturas, ou modos de vida de uma cultura em contraposição mecânica a outra. Essa distinção relaciona-se a uma forma de ver o mundo e produzir conhecimento sobre o mesmo, pautada na cisão entre sujeito

e objeto de análise. O objetivo, no contexto dessa análise dicotomizada, restringe-se à busca por uma verdade última e essencial, o que acaba por obliterar os aspectos mais complexos e dinâmicos dos elementos em jogo.

A postura aqui delineada pressupõe fugir desse padrão analítico. Para tanto, torna-se necessário deslocar o foco do determinante cultural, embora preservando sua pertinência analítica, para os aspectos espacializantes do referencial territorial na elaboração do sentido de identidade.

Diante dessa intenção, entendemos que a discussão sobre a polêmica entre terra para a produção e crescimento econômico, como o grupo de fazendeiros defende, ou terra para preservar o modo de vida indígena, como o outro grupo justifica, na verdade está se dando pela perspectiva dos não indígenas. Tanto um discurso quanto o outro entende que a solução perante esse impasse de leituras e objetivos acaba sendo a de se tomar o outro, no caso os indígenas, como: ou atrasados que precisam se incorporar aos novos padrões culturais do modo de vida tecnoindustrial dos civilizados urbanos; ou como um grupo cultural injustiçado que precisa ter seu modo de vida tradicional preservado do danoso contato com os brancos.

Os indígenas são, portanto, padronizados e anulados em suas singularidades e especificidades para mais facilmente serem representados como “o diferente” que podemos eleger como o “outro”.⁴ Ao assim serem classificados, é possível encaixá-los em nosso referencial de leitura, em nosso imaginário individual/coletivo que nos identifica como os que se encontram do lado de cá em relação àqueles grupos e indivíduos localizados do lado de lá dos limites fronteiraços – fronteiras sociais, culturais e espaciais.

Quando estabelecemos tal cisão identificatória, os do lado de lá passam a ser nosso objeto, o qual pressupõe um sujeito, ou seja, “nós”. Enquanto sujeitos, tomamos os indígenas como objeto de nossas preocupações e estudos, permitindo assim nos relacionar com eles por meio do ataque ou da defesa do modo de vida, do padrão cultural inerente aos mesmos.

Esta forma de entender o “outro” se fundamenta na concepção de tempo histórico retilíneo e uniformemente evolutivo. Nele, encontramos a consolidação desse desenvolvimento temporal na realização do Estado moderno, o grande administrador do território, que deverá ser lido e aceito pela diversidade de grupos sociais, localizados no seu interior, como

uma instância que historicamente lhes pertence, da qual fazem parte, edificando, assim, uma identidade comum, uma “identidade nacional”.

A efetivação de tal identidade nacional leva a que “nós”, formadores dessa nação, possamos eleger como o “outro” todo aquele que resiste aos mesmos valores culturais eleitos como padronizadores de nossa chamada “brasilidade”. Caso o “outro” não queira ser um de “nós”, necessariamente será eliminado. A alternativa a essa solução genocida é apresentada por aqueles que lutam para compensar as injustiças e tragédias perpetradas historicamente em nome da consolidação do nosso estado sobre o conjunto do território nacional.

Para não destruir essas culturas, que aqui já se encontravam antes da vinda dos colonizadores europeus e escravos africanos, é necessário garantir institucionalmente as condições básicas de seus modos de vida próprios. Essa garantia se dá através da demarcação de seus territórios e da proteção dos mesmos por meio de um Estado democrático e respeitador das diferenças.

As respostas, portanto, caminham por pares. Pela perspectiva dos detentores do poder econômico e midiático, tem-se a incorporação/eliminação do “outro”; o caminho alternativo se dá pela conservação/separação do “outro”. O que ambos os pares denotam é a delimitação de um “outro” distante e estranho em relação a “nós”, tornando-o objeto de nossas preocupações, devendo ser eliminado ou isolado.⁵

O risco trazido por essas perspectivas é de esquecermos que o sentido de tempo nunca é uniforme, mas diverso, portanto, não existe um tempo-padrão capaz de delimitar o nível de evolução de uma sociedade por meio de comparação entre quem se encontra mais atrasado em relação ao nosso referencial; mesmo que nossa sociedade possua tecnologias mais sofisticadas que as indígenas, não há como compará-las, pois são diferentes formas de encarar o sentido e a vivência do tempo. Complementar a essa leitura de inviabilidade de um padrão temporal único, encontramos a impossibilidade de isolar no espaço uma cultura com seu ritmo temporal próprio, já que toda cultura se faz por transformações, contatos, tensões e mudanças.

A mesma observação, com as devidas adequações, aplica-se ao sentido de identidade nacional. A ideia de “identidade nacional” não foi “naturalmente” gestada e incubada na experiência humana, não emergiu dessa experiência com um “fato da vida auto-evidente” (BAUMAN,

2005, p. 26), mas foi construída modernamente a partir de forças e interesses que permeavam a consolidação da atual organização territorial hegemonicamente praticada.

No caso da sociedade brasileira, ela foi formada a partir de uma miscigenação, hibridização, ou seja, somos um povo que surgiu de uma grande confluência entre diversas etnias; no entanto, com a consolidação do Estado sobre a diversidade territorial, a imagem de nossa identidade tendeu a estabelecer modelos representativos que visam uniformizar essa diversidade (SILVA, 2004).

Diante dessas imagens de homogeneização das diferenças culturais e temporais, o sentido de identidade nacional, no caso específico da sociedade brasileira, tendeu a eleger determinadas imagens padronizadoras desse caráter identificatório. Tanto o homem trabalhador, cristão e cordial, majoritariamente branco, quanto o preguiçoso, malandro e voltado aos prazeres imediatos, em sua grande maioria de ascendência negra, delimitavam o imaginário de quem somos “nós” brasileiros.⁶

Nessa igualação da diferença, o papel do índio foi relegado a uma instância outra, estranha a esse conjunto identificatório. A consequência disso foi que os grupos indígenas, notadamente os que resistiram ao contato com os valores culturais da sociedade brasileira, eram considerados selvagens, eram os “outros”, os estranhos em relação à “nossa” identidade nacional.

Eliminando ou isolando as culturas indígenas a partir de uma noção de tempo uniforme e unidirecional, assim como da leitura de um único arranjo espacial decorrente da somatória de suas partes no conjunto do Estado-Nação, consolida-se a abordagem dicotômica com que se lê a realidade. Essa leitura pauta-se na busca por uma solução da questão do “outro” tendo como princípio o distanciamento e o decorrente estranhamento do mesmo; ao delimitarmos de forma generalizante a imagem que fazemos do “outro”, acabamos por também criar uma representação vazia a expressar o grande desconhecimento de quem realmente somos “nós” nesse processo.⁷ A busca do sentido de identidade nesse contexto torna-se bastante problemática.

Considerações finais

Neste texto, não visamos apresentar uma solução, mas contribuir para ampliar a leitura da questão dos conflitos a partir do sentido de iden-

tidade. A insistência na ideia de identidade cultural a partir da relação dicotomizada entre o sujeito, “nós”, em relação ao objeto, os “outros”, não permite que saíamos do vício de efetivamente não reconhecer a leitura territorial que os indígenas fazem e que pode estabelecer contato com nossos referenciais, sem que isso signifique a perda de seus parâmetros identitários, mas também não se traduzindo em imutabilidade cultural.

Entendemos que, para melhor nos posicionarmos nessa questão, devemos deslocar a atenção da relação da identidade a partir do determinante cultural para o sentido propriamente da territorialidade em que esta acontece. Contudo, esse deslocar significa não restringir a discussão da identidade a partir da organização discursiva que estabelece a cisão entre o “nós”, sujeitos do discurso, frente aos “outros”, o objeto de nossos discursos.

Notas

1. O conceito de “modos de vida”, assim como seus congêneres “estilo de vida”, “gêneros de vida” etc., é vago, passando pelas leituras advindas da Antropologia, Sociologia, História Cultural, Psicologia Social e demais áreas afins. Vamos aqui tomá-lo no sentido mais amplo possível, não limitando apenas às “práticas, estruturas e representações” (GUERRA, 1993, p. 59) de determinada comunidade, mas, partindo do sentido espacial em que as relações humanas se manifestam, pensar o mesmo por meio da dinâmica escalar dos fenômenos vários que acontecem nos lugares em que a vida humana se tensiona. Nesse sentido, os “atores sociais”, para além da cisão sujeito/objeto, os atritos entre o tempo histórico e o tempo cotidiano, com as diferentes perspectivas objetivas e subjetivas de ler/vivenciar o acontecimento, assim como o “imaginário individual/social” gestado/reproduzido, acabam sendo ferramentas necessárias para melhor entender os diferentes “modos” de se viver/sobreviver em um mesmo lugar (GUERRA, 1993).
2. É por meio da representação que os seres humanos têm acesso, ou elaboram os sentidos do mundo. Através das representações (escritas, figuradas ou imaginadas) é que a complexidade do real se torna presentemente compreensível, ou aceitável, para os indivíduos em sociedade. É por meio, portanto, das representações que o imaginário social significa e dá sentido ao viver. Vide Ginsburg (2001).
3. O papel do imaginário como “conjunto de representações, crenças, desejos, sentimentos, através dos quais um indivíduo ou um grupo de indivíduos vê a realidade e a si mesmo” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 139) permite-nos entender o aspecto mais dinâmico deste enquanto constructo social.
4. A partir deste momento, toda vez que empregarmos aspas nos termos pronominais “eu”, “nós” “outro”, “outros” e “outrem” será por entendê-los como conceitos orquestradores dos discursos identitários. Para mais detalhes

sobre a relação entre o “nós” e o “outro” no choque de cultura entre os nativos americanos e os europeus.

5. Insistimos que essa genérica classificação de pesquisadores e defensores da causa indígena visa justificar nossa argumentação quanto à necessidade de se ter outra postura teórica frente ao sentido de território no processo de entendimento da identidade a partir da diversidade de cultural em foco. Ao tomar a maioria dos trabalhos desenvolvidos por esses intelectuais e agentes políticos, podemos ver que os sentidos de “isolamento” e “preservação” cultural dos indígenas, quando trabalhados, são bem mais ricos do que aqui apresentados. Ver, entre tantos, por exemplo, os trabalhos de Oliveira e Freire (2006), Araújo et al. (2006), Luciano (2006), Souza Lima e Barroso-Hoffmann (2002), Oliveira (2003).
6. Essa forma de representar o caráter ou a psicologia cultural do brasileiro, a partir desses dualismos entre cordial e malandro, entre trabalhador e preguiçoso, entre branco e negro etc., deve-se à sistematização que elaboramos a partir de texto clássicos de Sérgio Buarque de Holanda (1997), Darcy Ribeiro (1995), Dante Moreira Leite (2003) e Paulo Prado (1997).
7. Essa dificuldade de reconhecer que dentre “nós” encontram-se “outros”, exatamente por não conseguirmos identificar as profundas desigualdades sociais, é o que Haesbaert aponta em seus estudos sobre identidade territorial brasileira. “Uma das principais questões ligadas à identidade, contudo, é a dificuldade em reconhecer o “simplesmente Outro”, tendendo-se sempre, por meio de um processo classificatório, a padronizar, criar um parâmetro único de comparação, hierarquizando ou “desigualizando” aquilo que deveria ser visto apenas como diferente” (1999, p. 175-176).

Referências

- ARAÚJO, Ana V. et al. *Povos indígenas e a Lei dos Brancos: o direito à diferença*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- BAUMAN, Zygmund. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CUNHA, Manuela C. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- FERRAZ, Cláudio Benito O. O estudo geográfico dos elementos culturais: considerações para além da Geografia Cultural. *Terra Livre*, AGB, v. 29, p. 29-50, 2007.
- GUERRA, Idalina. Modos de Vida: novos percursos e novos conceitos. *Sociologia: problemas e práticas*. Lisboa: CIES, ISCTE-IUL, CELTA, n. 13, mar. 1993. p. 59-74.
- GINSBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169-189.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 103-133.

HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

JAPIASSÚ, H. & MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LEITE, Dante M. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

LUCIANO, Gerssem S. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MARINHO, Thais A. *Os caminhos da identidade em um mundo multicultural*. Disponível em: http://www.posgrap.ufs.br/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_5/SESSAO_L_FORUM5_02.pdf. Acesso em: 13 maio 2010.

OLIVEIRA, João P. A problemática dos “índios misturados” e os limites dos estudos americanistas: um encontro entre antropologia e história. In: SCOTT, Parry; ZAUR, George (Org.). *Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2003.

OLIVEIRA, João P.; FREIRE, Carlos A. R. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

PRADO, Paulo. *Retratos do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIBEIRO, Darci. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Mozart L. História e interculturalidade: aspectos críticos à educação e ao multiculturalismo no Brasil. *Anais do VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, 2004.

SOUZA LIMA, Antônio C. & BARROSO-HOFFMANN, Maia (Orgs.). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, 2002.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América. A questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Site:

<http://www.brasilrepublica.com/matogrossodosul.htm>. Acesso em: 22 maio 2009.

Cláudio Benito Oliveira Ferraz - Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista e membro do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados.

Flaviana Gasparotti Nunes - Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista. Professora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados.

José Lázaro Alonso Junior - Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados. Professor da Educação Básica na rede particular de ensino de Dourados.

Recebido para publicação em maio de 2011

Aceito para publicação em outubro de 2011